



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 481/2013 (Autoria do Deputado Valdir Rossoni)

Declara de Utilidade Pública a Agência de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro Sul do Estado do Paraná, com sede no Município de Rio Azul e foro no Município de Rebouças.

**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública a Agência de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro Sul do Estado do Paraná, com sede no Município de Rio Azul e foro no Município de Rebouças.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

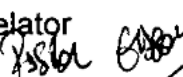
Sala das Comissões, 06 de agosto de 2014.

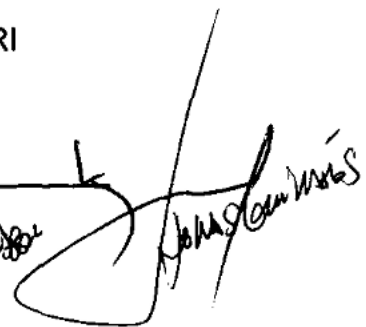
  
ALEXANDRE CURI  
Presidente



Relator

  
Valdir Rossoni

  
Valdir Rossoni

  
Valdir Rossoni



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 543/2013 (Autoria do Deputado Andre Bueno)

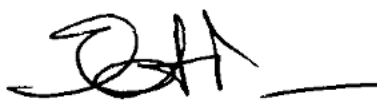
Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Semana Paranaense do Esporte, realizada anualmente na segunda quinzena do mês de fevereiro.

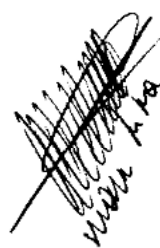
**Art. 1º** Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Semana Paranaense do Esporte, realizada anualmente na segunda quinzena do mês de fevereiro.

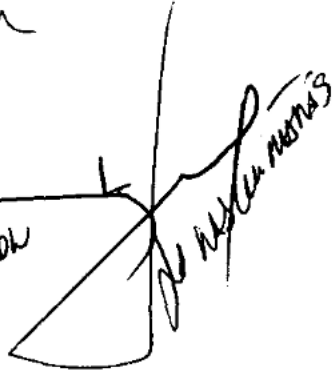
**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2014.

  
ALEXANDRE CURTI  
Presidente

  
Relator  
Pastor Cassio

  
Assinatura manuscrita

  
Assinatura manuscrita



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 93/2014**  
**(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion,**  
**Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Andre Bueno e Anibelli Neto)**

Altera a Lei nº 12.598, de 8 de junho de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 12.598, de 8 de junho de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Palotina - Adefipal, com sede e foro no Município de Palotina.

**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Palotina - Adefipal, com sede e foro no Município de Palotina.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2014.

ALEXANDRE CURI  
Presidente

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 96/2014**  
**(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion,**  
**Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Andre Bueno e Anibelli Neto)**

Altera a Lei nº 11.780, de 10 de julho de 1997, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 11.780, de 10 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de Utilidade Pública a Associação dos Voluntários de Caridade de Rolândia, com sede e foro no Município de Rolândia.


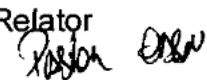
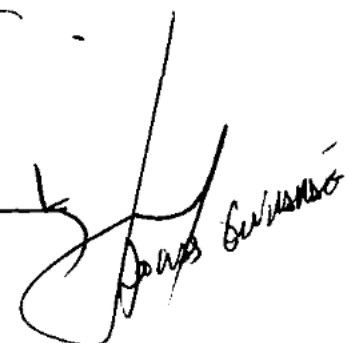
Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação dos Voluntários de Caridade de Rolândia, com sede e foro no Município de Rolândia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator  
  






ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 100/2014**  
**(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion,**  
**Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Andre Bueno e Anibelli Neto)**

Altera a Lei nº 13.351, de 5 de dezembro de 2001,  
de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 13.351, de 5 de dezembro de 2001, passa  
a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de Utilidade Pública a  
Associação Social Tecendo Cidadania,  
com sede e foro no Município de  
Curitiba.

**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública a Associação Social  
Tecendo Cidadania, com sede e foro no Município de  
Curitiba.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2014.

  
ALEXANDRE CURTI  
Presidente

  
Relator 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto Lei nº 101/2014**  
**(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion,**  
**Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Andre Bueno e Anibelli Neto)**

Altera a Lei nº 13.995, de 27 de janeiro de 2003, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 13.995 de 27 de janeiro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

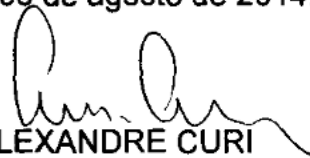
“Declara de Utilidade Pública a Associação Nossa Senhora de Lourdes, com sede e foro no Município de Tibagi.

**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública a Associação Nossa Senhora de Lourdes, com sede e foro no Município de Tibagi.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

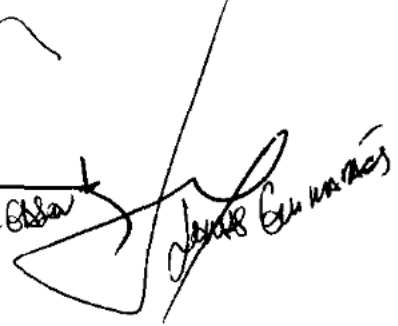
**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator 

  
Tadeu Veneri

  
Andre Bueno



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto Lei nº 102/2014**  
**(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion,**  
**Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Andre Bueno e Anibelli Neto)**

Altera a Lei nº 10.806, de 24 de maio de 1994, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 10.806, de 24 de maio de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Recuperação de Vidas Morada de Deus, com sede e foro no Município de Londrina.

**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Recuperação de Vidas Morada de Deus, com sede e foro no Município de Londrina.



**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto Lei nº 103/2014**  
**(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion,**  
**Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Andre Bueno e Anibelli Neto)**

Altera a Lei nº 9.505, de 28 de dezembro de 1990,  
de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 9.505, de 28 de dezembro de 1990, passa a  
vigorar com a seguinte redação:

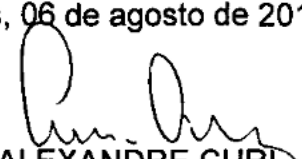
“Declara de Utilidade Pública a Fundação  
Solidariedade, com sede no Município de  
Campo Magro e foro no Município de  
Almirante Tamandaré.

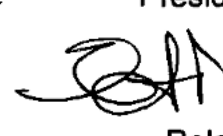
**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública a Fundação Solidariedade,  
com sede no Município de Campo Magro e foro no Município de  
Almirante Tamandaré.


**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”


**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2014.

  
ALEXANDRE CURTI  
Presidente

  
Relator *Relator*









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 104/2014**  
**(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion,**  
**Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Andre Bueno e Anibelli Neto)**

Altera a Lei nº 16.611, de 22 de novembro de 2010,  
de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 16.611, de 22 de novembro de 2010, passa a  
vigorar com a seguinte redação:

“Declara de Utilidade Pública a Sociedade  
de Assistência Social, Beneficente,  
Educativa e Maternal de Cianorte, com  
sede e foro no Município de Cianorte.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Sociedade de Assistência  
Social, Beneficente, Educativa e Maternal de Cianorte, com  
sede e foro no Município de Cianorte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto Lei nº 105/2014**  
**(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion,**  
**Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Andre Bueno e Anibelli Neto)**

Altera a Lei nº 6.797, de 21 de junho de 1976, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 6.797, de 21 de junho de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de Utilidade Pública a Congregação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria, com sede e foro no Município de Maringá.

**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública a Congregação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria, com sede e foro no Município de Maringá.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2014.

ALEXANDRE CURTI  
Presidente

Relator Pastor Eusebio



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 106/2014**  
**(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion,**  
**Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Andre Bueno e Anibelli Neto)**

Altera a Lei nº 7.140, de 11 de maio de 1979, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 7.140, de 11 de maio de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

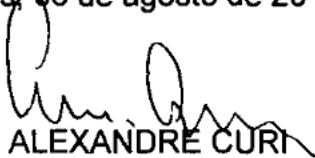
"Declara de Utilidade Pública o S.O.S. – Guarda Mirim de Arapongas, com sede e foro no Município de Arapongas.

**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública o S.O.S. – Guarda Mirim de Arapongas, com sede e foro no Município de Arapongas.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

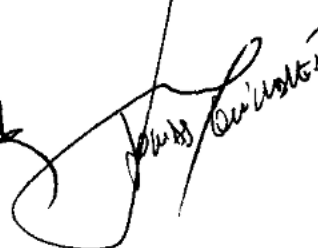
**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2014.

  
ALEXANDRE CURTI  
Presidente

  
Relator *Relator*

  
Tadeu Veneri

  
Anibelli Neto



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto Lei nº 107/2014**  
**(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion,**  
**Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Andre Bueno e Anibelli Neto)**

Altera a Lei nº 7.243, de 24 de outubro de 1979, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 7.243, de 24 de outubro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Santa Rita - CEDUS, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Santa Rita - CEDUS, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

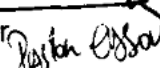
**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

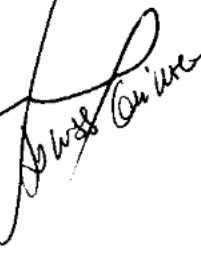
Sala das Comissões, 06 de agosto de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator

  
Tadeu Veneri

  
Andre Bueno

  
Anibelli Neto



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 108/2014**  
**(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion,**  
**Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Andre Bueno e Anibelli Neto)**

Altera a Lei nº 16.144, de 6 de julho de 2009, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 16.144, de 6 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Associação Ação Social Koinonia, com sede e foro no Município de Piraquara.

**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública a Associação Ação Social Koinonia, com sede e foro no Município de Piraquara.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator 

  
Tadeu Veneri



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto Lei nº 109/2014**  
**(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion,**  
**Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Andre Bueno e Anibelli Neto)**

Altera a Lei nº 15.649, de 2 de outubro de 2007, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 15.649, de 2 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de Utilidade Pública o Centro Para o Resgate a Vida Esperança – CEPES, com sede e foro no Município de Apucarana.

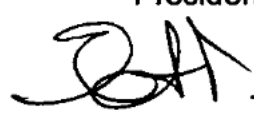
**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública o Centro Para o Resgate a Vida Esperança – CEPES, com sede e foro no Município de Apucarana.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator 

  
Pedro Lupion

  
Tercílio Turini



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto Lei nº 110/2014**  
**(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion,**  
**Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Andre Bueno e Anibelli Neto)**

Altera a Lei nº 9.614, de 5 de junho de 1991, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 9.614, de 5 de junho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Benéficos do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba.

**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública a Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Benéficos do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto Lei nº 111/2014**  
**(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion,**  
**Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Andre Bueno e Anibelli Neto)**

Altera a Lei nº 9.797, de 12 de novembro de 1991,  
de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 9.797, de 12 de novembro de 1991, passa a  
vigorar com a seguinte redação:

“Declara de Utilidade Pública a Associação  
de Pais, Amigos, Deficientes Auditivos e  
Surdos, com sede e foro no Município de  
Toledo.

**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais,  
Amigos, Deficientes Auditivos e Surdos, com sede e foro no  
Município de Toledo.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto Lei nº 112/2014**  
**(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion,**  
**Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Andre Bueno e Anibelli Neto)**

Altera a Lei nº 3.195, de 17 de julho de 1957, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 3.195, de 17 de julho de 1957, passa a vigorar com a seguinte redação:

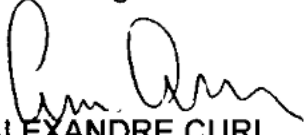
“Declara de Utilidade Pública a Associação de Educação Familiar e Social do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba.


Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Educação Familiar e Social do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

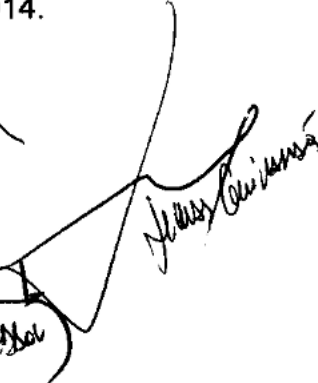
**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator *Relator*







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto Lei nº 113/2014**  
**(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion,**  
**Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Andre Bueno e Anibelli Neto)**

Altera a Lei nº 5.466, de 3 de janeiro de 1967, de  
concessão de Título de Utilidade Pública

**Art. 1º** A Lei nº 5.466, de 3 de janeiro de 1967, passa a vigorar  
com a seguinte redação:

“Declara de Utilidade Pública o Lar Betânia  
de Maringá, com sede e foro no Município de  
Maringá.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Lar Betânia de Maringá,  
com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 114/2014**  
**(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion,**  
**Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Andre Bueno e Anibelli Neto)**

Altera a Lei nº 15.260, de 11 de setembro de 2006,  
de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 15.260, de 11 de setembro de 2006, passa a  
vigorar com a seguinte redação:

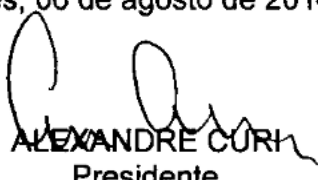
“Declara de Utilidade Pública a Resgate –  
Casa de Recuperação, com sede e foro no  
Município de Goioerê.

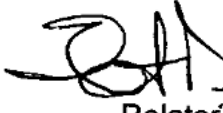
**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública a Resgate – Casa de  
Recuperação, com sede e foro no Município de Goioerê.


**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

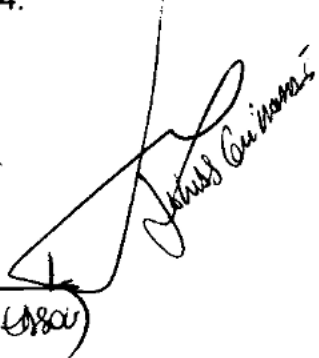
**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2014.

  
ALEXANDRE CURY  
Presidente

  
Relator



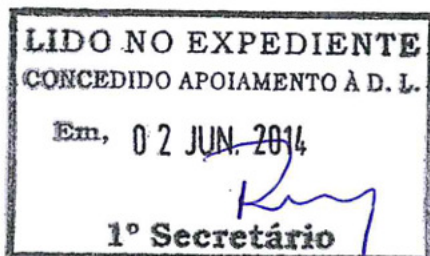




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



**PROJETO DE LEI Nº 245 DE 2014**



**SÚMULA:** Denomina de "Viaduto Carlos Hugo Wolff Von Graffer" o viaduto localizado na PR-160, no Município de Telêmaco Borba.

**Art. 1º** Fica denominada de "Viaduto Carlos Hugo Wolff Von Graffer" o viaduto localizado nas proximidades do quilômetro 215 da PR-160, no Município de Telêmaco Borba.

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2014.

  
**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual

15:05 02/06/2014 002872 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



**JUSTIFICATIVA**

Carlos Hugo Wolff Von Graffen nasceu em Canoinhas-SC, em 26 de abril de 1921. Filho do Engenheiro e Topógrafo alemão Alberto Hugo Wolff Von Graffen e de Martha Margarida Engelhardt, desde jovem residiu em Curitiba. Aos 18 anos, entrou para a aeronáutica, na Base Aérea do Bacacherí. Fez curso para cabo e sargento, com especialidade em defesa antiaérea.

Em 1943, ainda em Curitiba, cursou administração e técnico de jornalismo. Em 1947, casou-se com Carolina Rezende Von Graffen. Desde o fim da década de 50, foi um dos idealizadores da criação do município de Telêmaco Borba, lutando pela sua emancipação. Conseguiu oficializar o município em julho de 1963.

Mesmo antes da emancipação do futuro município, Carlos Hugo foi Diretor Comercial da Companhia Agro Mercantil Paranaense e, ao mesmo tempo, responsável pela fundação do extinto Cine Luz, que funcionou por cinco décadas na cidade.

Em 1964, foi candidato à Prefeito da então "Cidade Nova", denominação anterior da cidade, perdendo a eleição para Péricles Pacheco da Silva, então diretor das Indústrias Klabín. Em 1968 disputou novamente a Prefeitura. Em 1976 foi eleito Prefeito. Iniciava-se, então, sua trajetória política, voltando a vencer as eleições municipais em 1988, e 1996 a 2000, totalizando quatro mandatos (1977-1982, 1989-1992, 1997-2000, 2001-2004).

Em 1986 candidatou-se a Deputado Estadual pelo PMDB, ficando na quinta suplência. Em 2008, com 87 anos voltou a disputar o cargo de Prefeito, ficando em terceiro lugar.

Carlos Hugo Wolff Von Graffen, empresário, comendador, deixou um legado de trabalho, dedicação e honradez. Destacou-se como um dos baluartes no processo de emancipação político-administrativa de Telêmaco Borba, quando da criação da cidade (em 5 de julho de 1963) e da sua instalação (em 21 de março de 1964). Foi o quarto prefeito a conduzir os destinos da Capital do Papel, sucedendo Péricles Pacheco e Euclides Marcolla, ambos já falecidos, e Dínizar Ribas de Carvalho, que atualmente reside em Guaratuba, litoral do Paraná.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



Ocupou o cargo máximo de chefe do Executivo Municipal de Telêmaco Borba durante 18 anos, os quais foram marcados por dedicação e serviços prestados. Sua marca registrada teve ênfase nas obras que construiu como o Terminal Rodoviário, Ginásio de Esportes Furtadão, Concha Acústica, Casa do Artesão, Centro de Convivência do Idoso, PAM, Centros Comunitários, Escolas, Creches, entre tantas outras, além do fomento industrial do Município e da criação do Distrito Industrial, um referencial até hoje na geração de emprego e renda a população.

Faleceu no dia 15 de julho, aos 91 anos, de causas naturais, no Município de Telêmaco Borba, deixando um vazio imenso à população daquele Município, com que tanto se importava e a quem dedicou toda uma vida.

O Poder Legislativo Estadual, através do Deputado que o presente subscreve, sente-se honrado em homenagear este homem que tanto fez pelo Município de Telêmaco Borba, justamente dando seu nome ao principal meio de acesso ao Município.

Diante do exposto, certo da importância desta justa homenagem ao Sr. Carlos Hugo Wolff Von Graffen, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto como forma de homenagear esse importante cidadão paranaense.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2014.



**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO 245/2014**

**Projeto de Lei nº 245/2014**  
**Autores: Deputado Antonio Anibelli Neto.**

**Súmula: Denomina de "Viaduto Carlos Hugo Wolff Von Graffer", o viaduto localizado na PR-160, no Município de Telêmaco Borba.**

**EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. DENOMINAÇÃO DE VIADUTO. NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. PARECER DO DER INFORMANDO QUE O VIADUTO NÃO POSSUI DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.**

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Antonio Anibelli Neto, tem por objetivo denominar de "Viaduto Carlos Hugo Wolff Von Graffer", o viaduto localizado na PR-160, no Município de Telêmaco Borba.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº. 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO** determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

**Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

**Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)**

Além disso, a **LEI ESTADUAL Nº. 8761/88** também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

**Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)**

Com efeito, diante da informação da **SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER**, de que a correta descrição do sobrenome da denominação do viaduto é "Graffen", sugere-se uma emenda modificativa para que tanto os conteúdos, quanto a forma, expressem a vontade do legislador, impedindo quaisquer distorções.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.**


Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei na forma da **Emenda Modificativa** em anexo, proposta por esta Comissão.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**  
**RELATOR**

*Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*

**APROVADO**

05/08/14





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO 245/2014**

De acordo com o que determina o artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica modificado a súmula e o artigo 1º do Projeto de Lei nº 245/2014, passando a contar com a seguinte redação:

**Súmula:** Denomina de "Viaduto Carlos Hugo Wolff Von Graffen" o viaduto localizado na PR-160, no Município de Telêmaco Borba.

**Art. 1º** - Fica denominado de "Viaduto Carlos Hugo Wolff Von Graffen" o viaduto localizado nas proximidades do quilômetro 215 da PR-160, no Município de Telêmaco Borba.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**  
**RELATOR**

**APROVADO**

05/08/14